



Simulado Especial

TJ RN

Técnico Judiciário

Área Judiciária

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TJ RN – Cargo: Técnico Judiciário – Área Judiciária

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ RN (Técnico Judiciário – Área Judiciária);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RN-Tecnico-07-05-23>

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) (E) | 15 - (A) (B) (C) (D) (E) | 29 - (A) (B) (C) (D) (E) | 43 - (A) (B) (C) (D) (E) | 57 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) (E) | 16 - (A) (B) (C) (D) (E) | 30 - (A) (B) (C) (D) (E) | 44 - (A) (B) (C) (D) (E) | 58 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) (E) | 17 - (A) (B) (C) (D) (E) | 31 - (A) (B) (C) (D) (E) | 45 - (A) (B) (C) (D) (E) | 59 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) (E) | 18 - (A) (B) (C) (D) (E) | 32 - (A) (B) (C) (D) (E) | 46 - (A) (B) (C) (D) (E) | 60 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) (E) | 19 - (A) (B) (C) (D) (E) | 33 - (A) (B) (C) (D) (E) | 47 - (A) (B) (C) (D) (E) | 61 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) (E) | 20 - (A) (B) (C) (D) (E) | 34 - (A) (B) (C) (D) (E) | 48 - (A) (B) (C) (D) (E) | 62 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) (E) | 21 - (A) (B) (C) (D) (E) | 35 - (A) (B) (C) (D) (E) | 49 - (A) (B) (C) (D) (E) | 63 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) (E) | 22 - (A) (B) (C) (D) (E) | 36 - (A) (B) (C) (D) (E) | 50 - (A) (B) (C) (D) (E) | 64 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) (E) | 23 - (A) (B) (C) (D) (E) | 37 - (A) (B) (C) (D) (E) | 51 - (A) (B) (C) (D) (E) | 65 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) (E) | 24 - (A) (B) (C) (D) (E) | 38 - (A) (B) (C) (D) (E) | 52 - (A) (B) (C) (D) (E) | 66 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) (E) | 25 - (A) (B) (C) (D) (E) | 39 - (A) (B) (C) (D) (E) | 53 - (A) (B) (C) (D) (E) | 67 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) (E) | 26 - (A) (B) (C) (D) (E) | 40 - (A) (B) (C) (D) (E) | 54 - (A) (B) (C) (D) (E) | 68 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 - (A) (B) (C) (D) (E) | 27 - (A) (B) (C) (D) (E) | 41 - (A) (B) (C) (D) (E) | 55 - (A) (B) (C) (D) (E) | 69 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 - (A) (B) (C) (D) (E) | 28 - (A) (B) (C) (D) (E) | 42 - (A) (B) (C) (D) (E) | 56 - (A) (B) (C) (D) (E) | 70 - (A) (B) (C) (D) (E) |

LÍNGUA PORTUGUESA*Felipe Luccas*

01. Observe o fragmento retirado de um jornal científico e responda às questões a seguir.

"Cabem aqui, portanto, nossas considerações. De forma alguma nos choca ou ofende a comparação, para fins de argumentação científica, de membros da comunidade universitária com chimpanzés; e não acreditamos que esta tenha sido a intenção do autor dos argumentos. Nas ciências biológicas, admiramos e respeitamos todas as espécies animais. Também não discordamos da abordagem, de base evolutiva, onde, através da observação de uma espécie animal em particular, busca-se explicações para a natureza do ser humano. Chamamos isso de "modelo animal" ou "biologia comparativa". Do que discordamos, é a premissa de que nossos comportamentos estão "programados" de forma robótica, ou que são simplesmente "herdados" de nossos ancestrais. Nenhum ser humano, nem tampouco algum outro animal, se comporta de forma programada ou totalmente determinada por seus genes, que se perpetuam de geração em geração. Todo comportamento, assim como toda característica biológica, é produto de uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos. Tal rede é tanto maior, mais complexa e imprevisível, quanto maior for a complexidade do fenótipo, ou, neste caso, do comportamento. Os comportamentos ditos "sociais" estão, sem dúvida, entre os mais complexos."

<http://www.jornaldaciencia.org.br/chimpanzes-pessoas-e-cobras/>

Quanto à sua tipologia, o texto classifica-se como predominantemente:

- a) expositivo, por informar sobre argumentação nas ciências biológicas.
- b) injuntivo, por dar instruções para evitar falácias científicas.
- c) argumentativo, por trazer uma tese sustentada por argumentos.
- d) narrativo, por relatar uma comparação entre cientistas e chimpanzés.
- e) descritivo, por detalhar as características dos nossos ancestrais.

02. Uma inferência válida que pode ser feita do texto é:

- a) existe refutação a um argumento prévio de que o comportamento humano seria, de forma pura e simples, geneticamente determinado.
- b) os comportamentos humanos e animais são determinados por fatores genéticos hereditariamente determinados.
- c) nenhum ser humano, nem tampouco algum outro animal, pode ser reduzido a uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos.
- d) existe uma rede que é tão complexa e imprevisível quanto a complexidade ambiental de um fenótipo.
- e) é incoerente buscar explicações através da observação de uma espécie animal em particular para examinar a natureza do ser humano.

03. Em relação à estruturação do texto, verifica-se inadequação em:

- a) [...] *Do que discordamos, é a premissa de que nossos comportamentos estão "programados" de forma robótica.* / início de período com preposição.
- b) [...] *Tal rede é tanto maior, mais complexa e imprevisível, quanto maior for a complexidade do fenótipo...* / uso de grau comparativo de superioridade.
- c) [...] *Os comportamentos ditos "sociais" estão, sem dúvida, entre os mais complexos....* / emprego das vírgulas para isolar "sem dúvida".
- d) [...] *De forma alguma nos choca ou ofende a comparação...* / emprego do "ou" ligando sinônimos.
- e) [...] *onde, através da observação de uma espécie animal em particular...* / uso de "onde" sem referente locativo.

04. A redundância é a repetição de ideias, que pode ter natureza estilística, com efeito enfático, ou pode simplesmente configurar vício de linguagem.

Observa-se redundância no seguinte segmento do texto:

- a) *nem tampouco algum outro animal...*
- b) *para fins de argumentação científica...*
- c) *admiramos e respeitamos todas as espécies animais...*
- d) *uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos...*
- e) *são simplesmente “herdados” de nossos ancestrais...*

05. Analise o raciocínio válido abaixo:

Todo comportamento é produto de uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos.

Logo, a violência é produto de uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos.

Pode-se afirmar corretamente que a estrutura acima

- a) exemplifica raciocínio indutivo, pois parte do particular para o geral.
- b) ilustra o raciocínio dedutivo e traz como premissa intermediária “A violência é um comportamento”.
- c) estabelece uma falácia argumentativa, pois a conclusão não deriva necessariamente das premissas.
- d) apresenta conclusão inválida, a qual se fundamenta numa aparente falsa oposição.
- e) subentende que a violência é um comportamento, em um raciocínio falacioso.

06. Considere o fragmento abaixo para responder às questões a seguir.

Não é incomum o uso e a divulgação de informações científicas por setores da sociedade que, por não disporem de aprofundamento teórico sobre determinado tema, por vezes acabam por equivocar-se, trazendo visões distorcidas que

podem criar, dentro da própria sociedade, mais confusão do que esclarecimento. Não se trata de introduzir aqui preciosismos teóricos, nem tampouco realizar inúteis considerações técnicas e conceituais, por puro exercício intelectual. Ao contrário, entendemos que o tema ora levantado, mesmo que sem o intuito original de fazê-lo, traz à tona diversos debates científicos e filosóficos mais profundos, que atravessaram boa parte do século passado e que, como se observa, não estão de todo resolvidos. Tais debates podem trazer importantes consequências, não apenas ao domínio qualificado do conhecimento por parte do público leigo, mas à forma com que indivíduos e coletividades encaram o ser humano, a natureza e a sociedade. Acreditamos ser nosso papel, enquanto cientistas, participar criticamente destas discussões.

Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado possui classificação diferente da dos demais.

- a) [...] introduzir aqui preciosismos teóricos...
- b) [...] mais confusão do que esclarecimento...
- c) [...] Não é incomum o uso e a divulgação...
- d) [...] não apenas ao domínio qualificado...
- e) [...] debates científicos e filosóficos mais profundos.

07. Verifica-se a existência de um pronome demonstrativo em:

- a) Não é incomum o uso e a divulgação de informações científicas por setores da sociedade...
- b) por não disporem de aprofundamento teórico sobre determinado tema, por vezes acabam por equivocar-se...
- c) ... realizar inúteis considerações técnicas e conceituais, por puro exercício intelectual.
- d) Não se trata de introduzir aqui preciosismos teóricos...
- e) Tais debates podem trazer importantes consequências, não apenas ao domínio qualificado do conhecimento por parte do público leigo...

08. Observe o segmento do texto:

"Não é incomum o uso e a divulgação de informações científicas por setores da sociedade que, por não disporem de aprofundamento teórico sobre determinado tema, por vezes acabam por equivocar-se, trazendo visões distorcidas que podem criar, dentro da própria sociedade, mais confusão do que esclarecimento. Ao contrário, entendemos que o tema ora levantado, mesmo que sem o intuito original de fazê-lo, traz à tona diversos debates científicos e filosóficos mais profundos, que atravessaram boa parte do século passado e que, como se observa, não estão de todo resolvidos. "

Assinale a alternativa que traz a classificação correta dos elementos destacados, respectivamente.

- a) pronome relativo, conjunção comparativa e conjunção integrante.
- b) pronome relativo, partícula expletiva e conjunção integrante.
- c) pronome interrogativo, pronome relativo e conjunção integrante.
- d) pronome interrogativo, partícula expletiva e conjunção comparativa.
- e) pronome relativo, conjunção integrante e conjunção comparativa.

09. Em " Acreditamos ser nosso papel, enquanto cientistas, participar criticamente destas discussões", o uso das formas em primeira pessoa do plural indica

- a) um posicionamento do locutor em nome de um grupo a que declara pertencer.
- b) uma tentativa de aproximação afetiva com o leitor distante da pauta.
- c) uma ironia, uma vez que o locutor já participa das referidas discussões.
- d) um convite para ajudar o leitor no processo retórico que se desenvolve.
- e) uma tentativa de polidez em relação aos não incluídos na questão.

10. Identifica-se um adjetivo de relação em

- a) *visões distorcidas*.
- b) *importantes consequências*.
- c) *ínúteis considerações*.
- d) *informações científicas*.
- e) *público leigo*.

11. Ocorre forma de voz passiva em:

- a) *Não é incomum o uso e a divulgação de informações científicas por setores da sociedade...*
- b) *por vezes acabam por equivocar-se*.
- c) *Não se trata de introduzir aqui preciosismos teóricos*.
- d) *... não estão de todo resolvidos*.
- e) *atravessaram boa parte do século passado e que, como se observa...*

12. Quando se muda a posição de um determinante dentro de uma expressão nominal, a classe ou o sentido dos vocábulos podem ser alterados: "*determinado tema*" possui análise morfológica semântica diferente de "*tema determinado*".

Assinale a alternativa em que a mudança de ordem altera a classe e o sentido:

- a) *aprofundamento teórico*;
- b) *preciosismos teóricos*;
- c) *diversos debates*;
- d) *considerações técnicas*;
- e) *nosso papel*.

13. Assinale a alternativa em que a preposição destacada não é exigência de um termo anterior.

- a) *divulgação de informações*;
- b) *Não se trata de introduzir*;
- c) *dispõem de aprofundamento*;
- d) *não estão de todo resolvidos*;
- e) *intuito original de fazê-lo*.

14. Analise a frase a seguir.

“O conceito ‘grande’ tem muitos significados. Por exemplo, se um homem muito alto e forte batesse numa menininha, ele ainda seria um homem grande, mas não seria um grande homem.”

Assinale a opção que apresenta uma característica da linguagem dessa frase.

- a) a polissemia.
- b) a ambiguidade.
- c) a redundância.
- d) o paralelismo.
- e) a expressividade.

15. As frases a seguir mostram algumas orações reduzidas, que foram modificadas para orações desenvolvidas.

Assinale a opção em que isso não foi feito de forma adequada

- a) Não se pode evoluir sem reconhecer os próprios erros. / Não se pode evoluir sem que se reconheça os próprios erros.
- b) Não se pode descobrir novas políticas econômicas sem questionar as antigas. / Não se pode descobrir novas políticas econômicas sem que sejam questionadas as antigas.
- c) Evoluir não consiste em achar novas formas de agir, mas criar formas melhores. / Evoluir não consiste em que se achem novas formas de agir, mas que se criem formas melhores.
- d) Quando percebemos que é importante mudarmos, começa a dor de permanecermos iguais/ Quando percebemos que é importante que mudemos, começa a dor de permanecermos iguais.
- e) Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas. / Há um tempo em que é preciso que se abandonem as roupas usadas.

16. As frases a seguir foram retiradas de um dicionário de citações.

Assinale a frase que apresenta um erro gramatical.

- a) Inteligência é a capacidade de se adaptar à mudança.
- b) Uma mudança deixa sempre patamares para uma nova mudança.
- c) O progresso é impossível sem mudança; e aqueles que não conseguem mudar as suas mentes não conseguem mudar nada.
- d) Ninguém pode ser escravo de sua identidade: quando surge uma possibilidade de mudança é preciso mudar.
- e) O mundo detesta mudanças e, no entanto, é a única coisa que traz progresso.

Considere o texto a seguir.

Define-se por “condução defensiva” conduzir de forma a prevenir, evitar e não provocar acidentes, sejam quais forem as **condições de circulação inerentes à via, ao veículo e meteorológicas**, e quaisquer que sejam os comportamentos dos outros **transeuntes**, condutores e peões.

É a atitude **a** componente principal e imprescindível para se efetuar uma condução segura, confortável e econômica. O segredo reside na “mente”. O condutor deve manter uma atitude responsável na tarefa da condução, estando ciente dos riscos que corre e consciente **de** que é dele próprio que provêm os maiores perigos, da sua concentração, do seu estado físico, do seu caráter e das suas emoções. Imagine carregar a culpa de causar um acidente fatal por um deslize pessoal, um lapso de julgamento.

Qualquer percurso, seja ele longo ou curto, rápido ou demorado, efetuado em boas condições ou perante as mais adversas condições deve ser tido como potencialmente perigoso. Mesmo um percurso que um condutor com o seu veículo habitual realize todos os dias do ano nunca se repete, é sempre diferente, pois os fatores que constituem as condições do percurso são muito variáveis, independentes e muitos deles não controláveis. A velocidade, a aderência, a visibilidade, o estado do condutor, o estado do veículo, o restante tráfego, a hora, as condições atmosféricas, etc.

Por isso, cada vez que se prepara para entrar no carro e antes de dar à chave na ignição, devemos conferir tudo, estabelecer uma estratégia e pensar naquilo que vamos fazer, para que seja possível mitigar incidentes e acidentes.

17. “Por isso, cada vez que se prepara para entrar no carro e antes de dar à chave na ignição, devemos conferir tudo, estabelecer uma estratégia e pensar naquilo que vamos fazer, para que seja possível mitigar incidentes e acidentes.” (último parágrafo).

O texto I é predominantemente dissertativo-argumentativo (no que se refere ao seu modo de organização discursiva) e desempenha majoritariamente as funções referencial e emotiva (no que se refere ao seu propósito comunicativo). Seu último período, no entanto, subverte esse padrão, na medida em que evidencia uma predominância:

- a) do modo narrativo e da função metalinguística;
- b) do modo descritivo e da função fática;
- c) do modo injuntivo e da função conativa;
- d) do modo argumentativo e da função poética;
- e) do modo expositivo e da função fática.

18. Assinale a alternativa em que a palavra foi formada por processo distinto das demais:

- a) velocidade;
- b) aderência;
- c) potencialmente;
- d) atmosféricas;
- e) imprescindível.

19. A palavra “Aderência” pode ser acentuada segundo duas regras gramaticais, assim como ocorre com

- a) imprescindível;
- b) variáveis;
- c) econômica;
- d) atmosféricas;
- e) estratégia.

20. A ambiguidade lexical está relacionada ao uso de um vocábulo, cujo referente encontra-se extratexto, promovendo, assim, a permissão do autor em relação à interpretação a ser dada pelo leitor em relação ao enunciado. Já a ambiguidade estrutural está relacionada ao posicionamento de determinada palavra ou expressão em um enunciado, promovendo dificuldade de compreensão de um texto.

Não apresenta ambiguidade a sentença em:

- a) O Chefe da repartição comunicou a seu assistente que ele seria exonerado.
- b) O Chefe advertiu o funcionário por ser este indisciplinado.
- c) Roubaram a mesa do gabinete em que eu costumava trabalhar.
- d) O capacete é a sua segurança, ponha isso na sua cabeça.
- e) O pai do policial entrou com seu carro na garagem.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Tiago Zanolla*

21. A respeito da divisão judiciária do estado do Rio Grande do Norte, consoante a LC 643/2018, uma mesorregião geográfica corresponde a

- a) Um Município.
- b) Municípios que não são sedes de comarcas.
- c) Agrupamento de Comarcas e Regiões Judiciárias.
- d) Subdivisão geográfica que congrega diversos municípios de uma mesma área com similaridades econômicas e sociais.
- e) Circunscrições territoriais que compõem a jurisdição comum de primeiro grau e são constituídas por uma ou mais unidades judiciárias, presididas por Juízes de Direito ou Juízes de Direito Substitutos.

22. A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária, observado, no caso de elevação de entrância inicial para intermediária a população mínima de mais de

- a) 25.000 mil habitantes
- b) 35.000 mil habitantes
- c) 50.000 mil habitantes
- d) 55.000 mil habitantes
- e) 80.000 mil habitantes

23. A criação de uma comarca envolve diversos fatores. Abaixo, assinale a alternativa que não corresponde a um requisito para criação de comarcas.

- a) população mínima de 12.000 habitantes, comprovado por documento expedido pelo Poder Executivo Municipal.
- b) eleitorado igual ou superior a 8.000 eleitores inscritos.

c) estimativa de distribuição de casos novos igual ou superior a 50% da média de casos novos por magistrado no último triênio.

d) condições materiais indispensáveis ao funcionamento dos serviços judiciais, tais como instalações para o foro, cadeia pública e residência para o juiz;

e) distância igual ou superior a 50 quilômetros da comarca mais próxima

24. São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, exceto

- a) O Tribunal de Justiça
- b) A Justiça de Paz
- c) Os Juízes de Direito
- d) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais
- e) O Conselho Superior da Magistratura

25. O Conselho da Magistratura é composto

- a) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça, além de 02 Desembargadores eleitos.
- b) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça, além de 05 Desembargadores eleitos.
- c) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, os dois Vice-Presidentes e Corregedor-Geral de Justiça, além de 02 Desembargadores eleitos.
- d) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente, Corregedor-Geral de Justiça e o Vice-Corregedor-Geral, além de 02 Desembargadores eleitos.
- e) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, os três Vice-Presidentes, o Corregedor-Geral de Justiça e o Vice-Corregedor-Geral, além de 02 Desembargadores eleitos.

26. Conforme consignado na LC 715 de 2022, o conceito que indica os graus verticais que compõem as escalas de vencimentos da carreira para os quais o servidor progride por antiguidade de 01 (um) a 10 (dez) é o

- a) nível
- b) padrão
- c) quadro
- d) habilidade
- e) migração

27. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) recontração

28. Péricles, servidor público do Tribunal de Justiça Estado, ocupante do cargo efetivo e estável na carreira, foi aposentado por invalidez. Alguns anos depois, após verificação de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria foi determinado seu regresso ao serviço público.

O citado regresso é chamado de

- a) reversão
- b) transferência
- c) promoção
- d) reintegração
- e) readaptação

29. Segundo o Regimento Interno do TJ-RN, não é órgão do Tribunal

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão especial
- c) Conselho da Magistratura

d) Corregedoria

e) Ouvidoria

30. O quórum no Tribunal Pleno para deliberações administrativas é de

- a) 11 Desembargadores
- b) 10 Desembargadores
- c) 9 Desembargadores
- d) 8 Desembargadores
- e) 7 Desembargadores

31. As câmaras são compostas por

- a) As Câmaras Cíveis são compostas por quatro Desembargadores e a Criminal por três Desembargadores.
- b) As Câmaras Cíveis e Criminais são compostas por quatro Desembargadores cada.
- c) As Câmaras Cíveis são compostas por cinco Desembargadores e a Criminal por quatro Desembargadores.
- d) As Câmaras Cíveis e Criminais são compostas por três Desembargadores cada.
- e) As Câmaras Cíveis são compostas por três Desembargadores e a Criminal por quatro Desembargadores.

32. Acerca do disposto no Regimento Interno, não é atribuição do Presidente do TJ:

- a) administrar os serviços da Justiça e exercer o poder de polícia nas dependências do Tribunal
- b) estabelecer normas a respeito do plantão para os serviços judiciais de primeira instância.
- c) representar o Tribunal, podendo delegar tal atribuição a outro Desembargador;
- d) dar posse aos Desembargadores e aos Juízes de Direito;
- e) presidir as sessões do Tribunal Pleno e as do Conselho da Magistratura, cumprindo e fazendo cumprir este Regimento;

33. Conforme Lei Complementar n. 122/1994, o conceito de grupo é

- a) conjunto de atribuições e responsabilidades, sob denominação própria, previstas na estrutura organizacional e a serem exercidas por um servidor;
- b) agrupamento de cargos da mesma natureza e do mesmo grau da responsabilidade, com igual padrão de vencimento;
- c) conjunto de classes da mesma profissão ou atividade, diversificadas entre si pelas atribuições e responsabilidades, segundo sua complexidade e grau hierárquico;
- d) conjunto de cargos isolados e categorias funcionais correlatos ou afins, segundo a natureza da atividade ou o grau de conhecimentos exigido para o exercício de suas atribuições;
- e) conjunto de todos os cargos de um Poder ou órgão equivalente (quadro geral) ou de um órgão de direção superior (quadro específico).

34. Conforme Lei Complementar n. 122/1994, são requisitos básicos, além de outros, para provimento dos cargos integrantes do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo:

- a) Gozar de direitos políticos – idade mínima de 18 anos – possuir aptidão física e mental.
- b) Ser brasileiro nato, somente – gozar de direitos políticos – idade mínima de 21 anos.
- c) Estar em dia com as obrigações do serviço militar, para ambos os sexos – idade mínima de 18 anos – possuir aptidão física e mental.
- d) Ser brasileiro nato ou naturalizado – possuir aptidão física e mental – idade mínima de 21 anos.
- e) Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino – ser brasileiro nato, somente – gozar de direitos políticos.

35. Conforme disposto do Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte, a demissão não é aplicável no caso de

- a) crime contra a administração pública.
- b) abandono de cargo.
- c) insubordinação grave em serviço;
- d) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- e) opor resistência injustificada à realização de inspeção médica, a que deva submeter-se por determinação de autoridade competente.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Emerson Bruno

36. De acordo com o previsto na Constituição do Rio Grande do Norte, marque a afirmativa que não representa um fundamento do Estado

- a) a dignidade da pessoa humana.
- b) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- c) o pluralismo político.
- d) a soberania do Estado e de seus Municípios.
- e) a cidadania.

37. Osteobaldo é Governador do Estado e, interessado em privilegiar a produção e o consumo local, encaminha projeto de lei para instituir preferências econômicas e tributárias aos cidadãos potiguares. De acordo com a Constituição Federal e a Constituição do Estado, o projeto de lei.

- a) é constitucional, pois legislar sobre produção e consumo e competência legislativa concorrente entre União, Estado e Distrito Federal.
- b) é inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre Direito Tributário.
- c) é constitucional, pois incentiva o desenvolvimento econômico local.
- d) é inconstitucional, pois é vedado ao Estado criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- e) é inconstitucional, pois legislar sobre produção e consumo e competência legislativa privativa da União.

38. De acordo com a Constituição Estadual não é competência do Estado do Rio Grande do Norte.

- a) instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;
- b) organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.
- c) explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- d) cooperar com a União, Estados e Municípios para o desenvolvimento nacional equilibrado e o fomento de bem-estar de todo o povo brasileiro.
- e) explorar, diretamente ou mediante concessão, permissão ou autorização, os serviços de transporte rodoviário de passageiros, ferroviário e aquaviário de qualquer espécie, mesmo que ultrapassem os limites do território estadual.

39. Conforme previsto na Constituição do Estado, processar e julgar originariamente os mandados de segurança e os “habeas-data” contra atos dos Juízes de Direito é uma competência.

- a) das Turmas Recursais.
- b) do Tribunal do Júri.
- c) de outro Juiz de Direito, desde que na mesma comarca.
- d) do Tribunal de Justiça.
- e) dos Juizados Especiais.

40. De acordo com a Constituição do Estado, podem propor ações de controle concentrado de constitucionalidade, EXCETO.

- a) federação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual.
- b) partido político com representação no Congresso Nacional.
- c) Mesa de Câmara Municipal.
- d) o Tribunal de Contas.
- e) Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

41. Suponha que, como resultado dos trabalhos de uma Assembleia Nacional Constituinte convocada ao fim de um período e processo revolucionários, entre em vigor em determinado país uma nova Constituição, que estabeleça que a alteração do texto constitucional se dê por deliberação do mesmo órgão responsável pela elaboração da legislação ordinária, embora mediante procedimento mais complexo e quórum mais elevado do que o previsto para essa. Nessa hipótese, tem-se, respectivamente quanto à origem e alterabilidade, uma Constituição

- a) promulgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e flexível, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, a despeito da existência de procedimento diferenciado para reforma constitucional.
- b) promulgada, por ser resultado de um processo revolucionário; e semirrígida, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, estabelecendo um procedimento especial para reforma constitucional.
- c) outorgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e flexível, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, a despeito da existência de procedimento diferenciado para reforma constitucional.
- d) promulgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e rígida, em virtude da existência de procedimento próprio e mais dificultoso para alteração do texto constitucional, ainda que a cargo do órgão legislativo ordinário.
- e) outorgada, por ser resultado de um processo revolucionário; e rígida, em virtude da existência de procedimento próprio e mais dificultoso para alteração do texto constitucional, ainda que a cargo do órgão legislativo ordinário.

42. Pierre, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2007. Entretanto, no ano de 2020, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2019, Pierre passou a residir no Brasil. A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Pierre, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado. Apreensivo, Pierre procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição

- a) é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.
- b) não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
- c) é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.
- d) não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.
- e) não é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, praticado antes da naturalização.

43. Marcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.
- e) Márcio não poderá se candidatar ao cargo de Governador, uma vez que se trata de cargo privativo de brasileiro nato.

44. A Lei nº 111/2023 do Estado Gama obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo. No que tange a constitucionalidade da referida lei estadual, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta

- a) É inconstitucional, pois trata-se de competência exclusiva da União de legislar acerca da matéria concernente ao Direito Civil.
- b) É constitucional, pois, tratando a Lei de temática afeta ao Direito Civil, a competência legislativa concorrente entre a União e os Estados permite que Gama legisle sobre a matéria.
- c) É inconstitucional, pois, conforme a Constituição Federal, compete ao ente municipal legislar sobre Direito do Consumidor.
- d) É constitucional, pois versa sobre matéria afeta ao Direito do Consumidor, cuja competência legislativa privativa pertence ao Estado Gama.

e) É inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.

45. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente, EXCETO:

- a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- b) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- d) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

46. A criação autorizada através de lei específica, por meio de decreto do Chefe do Executivo, com regime celetista e imunidade tributária e responsabilidade civil objetiva, corresponde a qual entidade da administração indireta?

- a) Autarquias;
- b) Agências reguladoras;
- c) Sociedade de Economia Mista exploradora de atividade econômica;
- d) Empresa Pública prestadora de serviços públicos;
- e) Fundação Pública de Direito Privado.

47. Theo, servidor público, sofreu penalidade de demissão após um processo disciplinar, todavia, pretende solicitar a revisão da decisão. Ele alega a existência de fatos novos que surgiram após o julgamento e comprovam que a penalidade aplicada não foi apropriada. Diante disso, solicitou a revisão do processo disciplinar.

Nos termos da Lei complementar 122/94, assinale a alternativa correta sobre o processo revisional.

- a) a revisão será conduzida no mesmo processo disciplinar original;
- b) dentro do prazo de até quinze dias após o recebimento do processo, haverá a realização do julgamento pela autoridade competente;
- c) o julgamento será realizado pela mesma autoridade que impôs a penalidade;
- d) ao contrário do processo disciplinar, não haverá uma comissão composta por três servidores estáveis para conduzir o caso;
- e) a responsabilidade pela prova é compartilhada, o que significa que tanto o requerente quanto a Administração Pública devem reunir evidências para demonstrar que a penalidade aplicada é inadequada.

48. Após turbulenta disputa de votos nas eleições estaduais do ano de 2022, manifestantes não satisfeitos com o resultado agruparam-se à frente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Irritados, o grupo invadiu o prédio público depredando grande parte da estrutura do ambiente, como também uma estátua em homenagem ao historiador Luís da Câmara Cascudo.

Maria Clara, servidora da Assembleia, na segunda-feira posterior ao tumulto do final de semana, foi verificar os estragos feitos pelo bando. Infelizmente, para sua surpresa, a estátua do historiador sofreu danos razoáveis, dessa forma, Maria Clara solicitou ao seu superior que abrisse processo de licitação para a restauração da obra.

No caso fictício em tela e com base na Lei nº 14.133/2021, para essa contratação a licitação será:

- a) obrigatória, na modalidade concurso;
- b) dispensável
- c) obrigatória, na modalidade tomada de preços;
- d) obrigatória, na modalidade concorrência;
- e) inexigível

49. Depois de um enorme deslizamento de terra ocorrido numa pequena cidade no interior do Rio Grande Norte, a sociedade empresária *Clean Solution* foi contratada pelo Estado, após processo licitatório, para realizar obras de reforma e restauração na sede da Prefeitura do município. A contratada não executou integralmente o contrato, conforme comprovado em processo administrativo em que lhe foi garantida a prévia defesa. Diante disso, o Estado contratante aplicou à *Clean Solution* a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado, pelo prazo de 15 meses.

No caso fictício em tela, verifica-se que o Estado do Rio Grande do Norte procedeu usando qual poder administrativo?

- a) Poder de polícia;
- b) Poder hierárquico;
- c) Poder normativo;
- d) Poder disciplinar;
- e) Poder regulamentar.

50. O Prefeito de Natal/RN concedeu permissão para uma empresa extrair areia próximo ao Morro do Careca, uma duna símbolo turístico da capital do Estado. O ato administrativo seguiu todos os requisitos legais e foi emitido quando não havia nenhum prejuízo ao interesse público. Entretanto, algum tempo depois, contatou-se que tal atividade pode contrariar o interesse público de preservação ambiental

Diante desse cenário, o ato administrativo emanado pelo Prefeito poderá ser

- a) revogado, com efeitos ex nunc;
- b) anulado pela Administração pública ou pelo Judiciário, com efeitos ex tunc;
- c) convalidado, com efeitos ex tunc;
- d) anulado apenas pelo Poder Judiciário e com efeitos ex nunc;
- e) preservado, uma vez que a nova circunstância não tem impacto sobre o ato já realizado.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Janaína ajuizou ação em face de Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. pleiteando reparação por danos morais e materiais. Na petição inicial, Janaína informa que seu marido, Wellington, falecido há três anos, foi modelo fotográfico e que o réu vem se utilizando da imagem dele, sem autorização, para fazer publicidade de seus produtos. Em contestação, Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. suscita preliminar de ilegitimidade da parte autora, pois alega que a ação deveria ser ajuizada pelo espólio do falecido, e não por sua esposa em nome próprio. No mérito, Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. alega a ausência de prova de prejuízo material ou moral decorrente da exposição da imagem do falecido. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) A alegação preliminar e a alegação de mérito devem ser acolhidas pelo magistrado.
- b) A alegação preliminar deve ser acolhida pelo magistrado, mas não a alegação de mérito, pois a reparação civil, no caso, independe da prova do prejuízo.
- c) A alegação preliminar não deve ser acolhida pelo magistrado, pois o cônjuge tem legitimidade para requerer indenização por lesão a direito da personalidade do morto. Já a alegação de mérito deve ser acolhida pelo magistrado.
- d) Nenhuma das alegações da parte ré deve ser acolhida pelo magistrado, pois o cônjuge tem legitimidade para requerer indenização por lesão a direito da personalidade do morto, e a reparação civil por publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais independe da prova do prejuízo.
- e) Se, ao invés de esposa, Janaína fosse companheira de Wellington, faltaria a ela legitimidade para promover a ação contra Lima e Silva Comércio Varejista Ltda.

52. Marcelo, Carlos e Luiz, amigos de longa data, resolvem constituir uma associação destinada a promover encontros literários. Após a formalização do estatuto e seu subsequente registro, a associação começa a operar suas atividades. Ocorre que Carlos, diante de sua reiterada conduta antissocial, é excluído sumariamente dos quadros da associação por deliberação dos outros associados. Pouco tempo depois, Luiz resolve transferir sua condição de associado e a titularidade de sua fração ideal ao seu pai, Manoel. Passados dois anos, a associação se dissolve. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) A associação adquire personalidade jurídica a partir da formalização do seu estatuto.
- b) É admissível a exclusão sumária do associado Carlos diante de sua reiterada conduta antissocial.
- c) Luiz pode transferir sua condição de associado ao seu pai, Miguel.
- d) Luiz pode transferir a titularidade de sua fração ideal ao seu pai, Miguel.
- e) Com a dissolução da associação, os associados não podem reaver suas quotas ou frações ideais, as quais serão destinadas a uma entidade de fins não econômicos prevista no estatuto.

53. Rosana conduzia seu veículo por uma estrada pública pouco movimentada quando, ao passar por um buraco, veio a estourar dois pneus. Para sua sorte, havia uma borracharia nas proximidades. Ao pedir ajuda ao borracheiro (Francisco), surpreendeu-se com cobrança, por parte dele, do valor de R\$ 5 mil reais para que pudesse fazer o reparo dos pneus. Não tendo outra alternativa, já que se encontrava sem sinal de celular para chamar um reboque, Rosana aceitou o preço proposto por Francisco. Após a conclusão do serviço, Rosana revelou a Francisco ser delegada da polícia federal e disse que tomaria providências judiciais contra ele. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio firmado entre Rosana e Francisco é anulável pelo vício de estado de perigo.
- b) O negócio firmado entre Rosana e Francisco é anulável pelo vício de lesão.
- c) O prazo prescricional para se promover a anulação do negócio firmado entre Rosana e Francisco é de 4 anos.
- d) Ainda que Francisco, receoso de sofrer alguma medida judicial, concorde em reduzir sua margem de lucro para um valor justo, não é possível o convalidamento do negócio firmado.
- e) A ameaça, por parte de Rosana, de tomar providências judiciais contra Francisco, caracteriza vício de coação.

LEGISLAÇÃO CIVIL

Paulo Sousa

54. Julgada procedente a ação de despejo, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterà o prazo para a desocupação voluntária, de:

- a) 60 dias, mas será de 15 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de quatro meses.
- b) 60 dias, mas será de 15 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de dois meses.
- c) 60 dias, mas será de 15 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de dois meses.
- d) 30 dias, mas será de 15 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de quatro meses.
- e) 30 dias, mas será de 10 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de dois meses.

55. Sobre o tratamento que o Estatuto da Cidade, a Lei 10.257/2001, dá à desapropriação com pagamento de título, é correto afirmar que:

- a) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dois anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, não sendo assegurado, porém, o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.
- b) O prazo para que o Município proceda ao adequado aproveitamento do imóvel é de dez anos, contado a partir da sua desapropriação e não da incorporação ao patrimônio público.
- c) O valor real da indenização nos casos de desapropriação poderá computar expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
- d) É expressamente vedado que o valor real da indenização nos casos de desapropriação reflita no valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação.
- e) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Rodrigo Francelino

56. Sobre o superendividamento nas relações de consumo assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.
- b) As dívidas oriundas do superendividamento englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, exceto as operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.
- c) O superendividamento se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.
- d) As informações referidas superendividamento poderão constar de forma clara e resumida do próprio contrato, da fatura ou de instrumento apartado, de fácil acesso ao consumidor.
- e) É Permitida na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.

57. A contagem do prazo para sanar vício de produtos de que trata o art. 18, § 1º, da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa que indica a opção correta.

- a) A contagem do prazo de 30 dias de que trata o art. 18, §1º, da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, inicia-se com a compra do produto.
- b) A contagem do prazo de 30 dias de que trata o art. 18, §1º, da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, inicia-se com entrega do produto ao serviço de assistência técnica indicada pelo fornecedor ou fabricante.
- c) O prazo supramencionado não é suspenso com a entrega do produto ao consumidor após sanado o vício.
- d) Caso o produto apresente vício novamente, o prazo de que trata esta Lei inicia-se novamente, por mais 30 dias, devendo o vício ser sanado.
- e) A contagem do prazo de 30 dias de que trata o art. 18, §1º, da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, inicia-se com a devolução do produto do serviço de assistência técnica indicada pelo fornecedor ou fabricante.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

58. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas a ação de alimentos.

- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

59. Conforme rege o CPC, a citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, sendo que, após o recebimento, o citando deverá realizar a sua confirmação em até

- a) 3 dias.
- b) 3 dias úteis.
- c) 5 dias.
- d) 5 dias úteis.
- e) 2 dias úteis.

60. Sobre a informatização do processo judicial, de acordo com a Lei Federal nº 11.419/2006 analise as seguintes assertivas:

- I. As citações, excetuadas as da Fazenda pública, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.
 - II. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.
 - III. Considera-se como data da publicação o dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico, caso este seja dia útil,
- Está correto o afirmado apenas em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

61. Pedro passeava com seu filho de 4 anos em um parque quando um cão pitbull feroz, sem coleira e desacompanhado, quando o animal começou o ataque na criança, Pedro pegou um pedaço de madeira no chão, e arremessou na direção do animal, que fugiu. Contudo, a madeira acabou acertando a canela de Joana, que estava caminhando no parque e que no momento do golpe passava atrás do animal, ocasionando nela um ferimento de natureza leve. Diante da situação hipotética, Pedro

- a) agiu abarcado pela legítima defesa, em razão de repelir uma injusta agressão, e deve ser absolvido do crime de lesão corporal ocasionado em Joana.
- b) agiu abarcado pelo estado de necessidade, diante do perigo atual, e deve ser absolvido do crime de lesão corporal ocasionado em Joana.
- c) não agiu abarcado por nenhuma causa excludente de ilicitude, vez que revidou a um ataque animal e ceifou a vida de Joana.
- d) como Pedro errou a execução, o Código Penal, determina que ele seja punido por ter acertado Joana, e não por quem pretendia acertar.
- e) trata-se de erro de proibição, pois Pedro se equivocou sobre a ilicitude do fato, motivo pelo qual, deverá ter sua culpabilidade excluída.

62. José, estudante com 18 anos de idade, namorava Maria, que também era estudante, com 17 anos de idade. Em uma bela noite de domingo, o casal de adolescentes passeava tranquilamente pelas ruas de São Paulo, quando José teve a ideia de subtrair os pertences dos turistas que estavam por ali circulando. Maria concorda com a manobra criminosa e juntos conseguem arrancar do pescoço de uma vítima dois cordões de ouro e já na posse do bem subtraído, mas para garantir a posse do objeto, empregaram violência contra a vítima. Ato contínuo evadiram-se do local dos fatos e se esconderam embaixo de um viaduto. No dia seguinte, que era a data de aniversário de 18 anos de Maria, ambos foram encontrados e conduzidos até a delegacia especializada. Diante disso,

- a) Maria poderá ser responsabilizada pelo crime de roubo perante a vara criminal, nos moldes do que determina a teoria da atividade.
- b) Maria não poderá ser responsabilizada pelo crime de roubo perante a vara criminal, nos moldes do que determina a teoria da ubiquidade.
- c) Maria não poderá ser responsabilizada criminalmente, devendo o fato ser apurado perante a Vara da infância e Juventude, de acordo com a teoria da atividade.
- d) Maria não poderá ser responsabilizada criminalmente, devendo o fato ser apurado perante a Vara da infância e Juventude, de acordo com a teoria da ubiquidade.
- e) Maria poderá ser responsabilizada criminalmente, devendo o fato ser apurado perante a Vara da infância e Juventude, de acordo com a teoria da ubiquidade.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL*Antônio Pequeno*

63. O Ministério Público do Estado da Bahia ofereceu representação em face do adolescente João pela prática de ato infracional análogo ao crime de roubo majorado. Findo o processo, já com o trânsito em julgado, verifica-se que a Vara da Infância e Juventude aplicou a João a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional. No caso em tela, consoante dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida de internação:

- a) não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses;
- b) importa necessariamente a prestação de serviços comunitários consistindo na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a um ano;
- c) não comporta liberação compulsória aos 21 anos de idade, devendo o adolescente cumprir integralmente a pena que lhe foi imposta;
- d) deve ser cumprida em estabelecimento prisional destinado a detentos adultos, nos termos da Lei de Execuções Penais;
- e) deve ter prazo determinado, entre seis meses e quatro anos, devendo sua manutenção ser reavaliada mensalmente, mediante decisão fundamentada.

64. Relativamente aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), é correto afirmar que:

- a) constitui crime de abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca domiciliar após as 21h;
- b) constitui efeito da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de seis anos;
- c) a ação penal será pública condicionada à representação do ofendido ou de quem legalmente o represente;
- d) a suspensão condicional da pena é vedada nos crimes de abuso de autoridade;
- e) constitui crime de abuso de autoridade o responsável pelas investigações divulgar a atribuição de culpa, após concluídas as apurações e formalizada a acusação.

65. Relativamente aos crimes previstos na Lei nº 8.072/1990, NÃO é considerado como crime hediondo ou equiparado o crime de:

- a) genocídio;
- b) estupro;
- c) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- d) constituição de milícia privada;
- e) falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

66. Foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática do crime de lesão corporal gravíssima (art. 129, §2º do CP - Pena - reclusão, de dois a oito anos), cujo autor teria sido Arnaldo. No curso das investigações, e após requerimento do MP, o Juízo competente decretou a prisão preventiva do investigado, para assegurar a aplicação da lei penal.

Em relação ao referido caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar em até 10 dias, a contar de sua instauração.
- b) Apesar de ser procedimento inquisitorial, Arnaldo terá direito de constituir defensor para acompanhar o desenvolvimento do inquérito, mas este somente terá acesso aos autos com autorização judicial.
- c) Eventual arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, impedirá a retomada futura das investigações.
- d) Não será cabível o oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal pelo MP.
- e) A autoridade policial poderá determinar a incomunicabilidade de Arnaldo, dado o fato de que tal previsão legal foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

67. José é servidor do TJ-RN e está lotado no Gabinete do Juiz da 01ª Vara Criminal da comarca da Capital. No exercício de sua função, José se depara com um processo no qual seu amigo íntimo, Igor, é réu; Silvio é desembargador do mesmo TJ-RN e foi sorteado como relator de um recurso de apelação interposto em processo criminal no qual Silvio, meses antes, já havia atuado como Juiz de primeira instância.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José é considerado suspeito, e Silvio está impedido de atuar.

b) José e Silvio estão impedidos de atuar no referido processo.

c) José e Silvio são suspeitos.

d) José é considerado impedido, e Silvio é suspeito.

e) José e Silvio poderão atuar, não havendo suspeição ou impedimento.

68. José foi denunciado pelo MP-RN pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, o acusado teria se passado por vendedor de artigos para o lar para distrair a vítima e, então, conseguir subtrair seus pertences com maior facilidade. O Juízo, ao final da instrução processual, analisando as provas produzidas, entendeu que o fato narrado na denúncia constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa) e não o delito imputado (estelionato).

Nesse caso, é correto afirmar que há:

- a) *Emendatio libelli*, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu.
- b) *Mutatio libelli*, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave.
- c) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu.
- d) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.
- e) *Emendatio libelli*, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, já que este crime possui pena mais severa que aquele imputado na denúncia.

69. Acerca da prisão preventiva, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A citação por edital do acusado não constitui fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva, uma vez que a sua não localização não gera presunção de fuga.
- b) Ultrapassado o prazo de 90 dias sem que tenha havido a reavaliação ex officio da prisão preventiva decretada, há reconhecimento da ilegalidade automática da prisão, com a consequente liberação do custodiado.
- c) Inquéritos policiais e processos em andamento são elementos aptos a demonstrar eventual reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação da prisão preventiva.
- d) A revisão de ofício da necessidade de manutenção da prisão cautelar a cada 90 dias cabe tão somente ao órgão emissor da decisão, ou seja, ao juiz ou tribunal que decretou a custódia preventiva.
- e) Por não ser cabível a decretação da prisão preventiva *ex officio*, o STJ não admite a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva *ex officio*.

70. No curso de determinado processo criminal instaurado em desfavor de Nestor pela prática do crime de lesão corporal grave (pena: reclusão, de 01 a 05 anos), a defesa do réu requereu ao Juízo o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva. O requerimento formulado pela defesa, porém, foi indeferido pelo Juízo, que entendeu não ter havido prescrição ainda.

Inconformada, a defesa de Nestor deverá:

- a) impetrar habeas corpus, por não haver recurso cabível.
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- c) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias

d) interpor recurso de apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas concomitantemente.

e) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
